

NÃO ao GOLPISMO, DIZEMOS NÓS a d.g. quer sanear e expulsar es- truturas associativas eleitas!

O Conselho Cultural recebeu da D.G. um officio (ou uma ordem de despejo?) em que fica bem patente tudo quanto de mediocre e destrutivo há nas perspectivas deste D.G..

Faza assim:

" Coimbra, 20 de Abril de 1979.

Exm^{os} Senhores

Vimos por este meio informar que terão de abandonar a sala 3-18 desta Associação até às 12 horas da segunda-feira, dia 23.

Sem mais,

Pol^a A Direcção Geral

(António Alberto Malé de Abreu) "

Assim, sem uma explicação, sem nada que o justifique, a D.G. pretende fazer desaparecer um Conselho eleito por unanimidade por todas as estruturas culturais da AAC (à excepção de uma, que não estava presente na reunião), e imediatamente reconhecido e saudado pelas secções desportivas. Por outro lado, a legitimidade e legalidade desse Conselho é indiscutível; ele está incluído em todos os estatutos da AAC e já estava em funcionamento em várias ocasiões, sempre se tendo considerado importante que ganhe estabilidade e dinamismo. Acresce que o Conselho Cultural foi sempre reconhecido oficialmente pelas entidades exteriores à Academia, designadamente pelo Governo Civil.

Então com se compreenda a atitude da D.G.?

Vejamos os seus argumentos:

1 . O Conselho Cultural foi eleito, com a composição actual, durante o período eleitoral. É verdade, nunca o negámos. Só que, pelas funções e competência deste órgão, que é a de mere coordenação, tal não tem qualquer significado senão o das estruturas culturais reconhecerem a importância da actividade; por, pois, uma altura tão boa como qualquer outra e a actual D.G. só deveria reconhecer-se com esse facto, se realmente estivesse disposta a produzir um trabalho fecundo. E foi eleito não por "alguns organismos e secções culturais", como diz a D.G., mas pela sua totalidade, com a excepção já referida.

2 . Participam no Conselho os Organismos Autónomos da Academia. A D.G. opõe-se terminantemente a isso e considera este ponto fundamental. Nós também, mas de um ponto de vista contrário, isto é, consideramos indispensável a sua participação. E só seria necessário explicar as razões porque assim pensamos, se não fosse evidente a importância que os Organismos Autónomos (órgãos fundamentais no Movimento Associativo em Coimbra) têm na actividade cultural da Academia e mesmo no movimento Estudantil a nível nacional, em que são caso único. De modo que, se se quer fazer um trabalho cultural sério, este só é

possível com a conjugação de esforços de quem está apto a produzi-lo. Isto parece evidente para todos. Mesmo para a D.G.. Só que esta, por isso mesmo, não está interessada em que tal aconteça.

No seu comunicado nº3, saído a 24/4, a D.G. aborda estas questões. Arvorando um aparente dignidade, que esconde mal a atitude mesquinha em que assentam as suas "razões", permite-se alinhavar o habitual rol de mentiras e insultos a que já nos vai habituando nos seus textos.

Por partes:

1. Afirma a D.G. que o Conselho Cultural foi fundado quando a anterior D.G. tinha cessado funções, e acusa as estruturas do forjarem documentos. A 1ª é falsa pois, se bem que a iniciativa não tenha partido dessa DG, mas sim de várias estruturas que têm todo o direito de procurar formas de coordenação do seu trabalho, aquela participou, com toda a legitimidade na reunião (embora pudesse não o ter feito, se tivesse espírito de "manga de alpacas" como acontece com a actual, pois o resultado seria o mesmo) porque não tinha cessado as suas funções, pelo menos a estes níveis de competência. Lembremos que a homologação dos resultados eleitorais e a tomada de posse da lista eleita foram feitas tardiamente, sobretudo, pela inércia da actual D.G., tendo tomado posse 18 dias depois, por sua expressa vontade. A 2ª acusação, a de forjar documentos, apenas revela o espírito torçoso de quem acusa e a sua vocação para tais práticas. Apenas manifestemos a nossa repugnância e nos interrogamos porque razão esta DG desce tão baixo na sua fúria acusadora

2. A referência às competências do Conselho Cultural provem bem como as demais verdades são tão falsas como as mentiras. Esquece-se nulas, desde logo, que a DG faz parte do Conselho Cultural, o que clarifica a razão de algumas funções. Tomemos só um exemplo: quando o Conselho Cultural discutiu um projecto de participação da AAC na direcção do Gil Vicente, propôs que aquela fosse assumida por um representante da D.G., um representante dos Organismos Autónomos e por um representante de uma secção (que naturalmente, deveria ser o Centro de Estudos Cinematográficos). A DG apenas diz no seu comunicado que o C.Cultural exige ser o "interlocutor junto do Gil Vicente." Quanto a demais verdades que são mentiras, pouco que estamos esclarecidos.

3. Quanto à proposta que a D.G. diz ter apresentado à reunião que teve com as secções e Organismos, há que esclarecer que ela foi, ao contrário do que a DG afirma, apreciada. Se não o fosse, como poderia ter sido rejeitada? Óbvio, não é? Para além disso, a proposta não era aquela que vem publicada; basta ver que o 2º ponto, sobre a reunião inter-secções, é incoerente com a posição da DG de não reconhecer tal órgão. Então como reconhecia o seu Executivo? A verdade é como o excite...

4. Quanto à referência havida na 6ª feira entre o C.Cultural (a que a DG chama "alguns organismos e secções") e a DG, só temos a dizer sobre esse parágrafo: é mentira! Se houve boa vontade e disponibilidade para o diálogo no sentido de encontrar uma solução, foi por parte do C.Cultural, e que esbarrou com a surdez e a posição assumidamente acéfga e intolerante dos representantes da DG, tornando-se manifesta a sua vontade de criar conflitos artificiais e polos de confronto. A versão que aparece no comunicado da DG é grotescamente falsa e se, de facto, houve referência à possibilidade de convocação de uma ASSEMBLEIA MAGNA, ela não foi uma ameaça pois, para nós não se ameaça ninguém deste modo; se se justificar a convocação desse órgão, será no caso de ser necessário recorrer à sua capacidade de decisão, que só é contestada pela DG, apesar de dizer dela não ter medo (nem respeito, diríamos nós...)

5. Finalmente a DG entende que a conclusão lógica é encerrar a Sala do C.Cultural. E a seguir acusa os Organismos e Secções de provas de força. O descaramento da DG só é igualado pela mediocridade das soluções que encontra. O final do comunicado é

dem o retrato da monte pequenina e doente que o produziu. Ainda quanto ao encerramento e "selegã" da sala do C.Cultural (para democratizar a AAC...) devemos dizer à Dg que não inventou nenhum novo processo. Ele já tinha sido utilizado. Pela PIDE .

Finalmente queremos que fique claro. Os organismos autónos e secções culturais que subscrevem este comunicado, não só reafirmam a justeza do que se reveste a existência do C.Cultural tal como existe, como estão dispostos a, nele e com ele, participarem activamente no arquer de uma frente cultural que sirva os estudantes e o povo de Coimbra, estando dispostos a resistir às prepotências, essas sim ilegais e ilegítimas, da DG. Declaramos ainda que comunicaremos assiduamente com os estudantes, como sempre o fizemos, apesar da DG ter dado ordens na secção de textos (um serviço público onde qualquer cidadão, mesmo não sendo estudante, pode mandar imprimir textos) para que ficasse proibida qualquer reprodução de textos que mencionam simplesmente estes dois paleyres: "Conselho Cultural".

Consurra na AAC dirigida às suas próprias estruturas! Eis uma forma bem triste de uma Direcção Geral estar no tempo de ABRIL!

Coimbra, 24 de Abril de 1979

Conselho Cultural
Goral dos Estudantes de Letras da Universidade de Coimbra

Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra
Coro Misto da Universidade de Coimbra
Grupo de Etnografia e Folclore da Academia de Coimbra
Orfeon Académico de Coimbra
Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra
Tuna Académica

Centro de Estudos Anti-imperialistas
Centro de Estudos Cinematográficos
Centro de Estudos Fotográficos
Centro de Estudos Sócio-Económicos
Centro Experimental da Rádio
Grupo Ecológico
Secção de Mulher
Museu Académico

Secção de Filatelia